



18 de Junho de 2015

EM DIA

IMPOSTOS À VISTA



PEDRO DUTRA FONSECA
Professor Titular do Departamento de Economia
e Relações Internacionais da UFRGS

A política anti-inflacionária em curso dificilmente escapará de aumento de impostos. Essa frase deve ser lida não como proposta, mas como imposição dos fatos. Dentre várias hipóteses possíveis, tudo converge para tal desfecho.

Admitamos que o corte aprovado no orçamento, de R\$ 70 bi, foi o limite do politicamente possível. O ministro Joaquim Levy escancarou seu desgosto ao não comparecer no anúncio, por não ter força para chegar aos R\$ 80 bilhões. Mas mesmo que tivesse logrado êxito em seu pleito, as despesas deverão crescer em parte pela própria elevação do juro. Se a taxa for de 10% para 15%, para onde convergimos, anulará em boa parte o esforço do corte ora aprovado, e há quem fale que a equipe econômica pretenda chegar ao patamar de 17% nominais.

O ministro diz que é contra reeditar a CPMF, mas políticos já estão se manifestando a favor

Para a lógica convencional, a elevação dos juros é uma medida “técnica” para combater a inflação. À luz da Economia Política, que incorpora na análise quem ganha e perde com as decisões, significa uma impac-

tante perda para os setores que tiveram seus empregos e benefícios cortados e um polpudo ganho para os recebedores de juros. A elevação do imposto sobre os lucros dos bancos, de 15% para 20%, não deixa de ser uma tentativa de contrabalançar tal efeito, e, talvez por isso, foi recebida sem muita gritaria.

O quadro se complica mais um pouco se atentarmos para outras variáveis que contribuem para o crescimento das despesas. Há o crescimento vegetativo da folha e da previdência (aquele que cresce no tempo, mesmo sem novos aumentos). Judiciário e Legislativo não só elevaram seus vencimentos como dão mostras de pretender aumentar ainda mais suas despesas. A inclusão do famoso “shopping”, pelo presidente da Câmara, na medida provisória que visava à austeridade, é apenas um exemplo simbólico desse entendimento. E aqueles que mais foram atingidos pelos cortes até agora – trabalhadores, prefeitos e governadores – começam a dar sinais de que chegaram ao limite.

O ministro diz que é contra reeditar a CPMF, mas políticos dos maiores partidos, rivais em outros pontos – PMDB, PT e PSDB –, já estão se manifestando a favor. O provável desfecho do impasse, à luz de nossa experiência histórica, é o mencionado na primeira frase deste artigo.